

**APROXIMAÇÃO DAS PROPOSTAS SOCIOLÓGICA E PSICANALÍTICA PARA
A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE SUJEITO APLICADO NO ÂMBITO
DA TEORIA DA DEMOCRACIA.**

Gretha Leite Maia*

Zaneir Gonçalves Teixeira**

RESUMO

A democracia tem sido objeto de teorias de diversos saberes, através do tempo. Nas discussões contemporâneas, um dos conceitos que se formula nestas teorias é o conceito de sujeito. A sociologia desenvolveu contribuições fundadas no princípio do sujeito socialmente construído, através de seu contato com o conjunto de símbolos que orientam seu agir em grupo. Além destes códigos ordenadores da ação do sujeito, contemporaneamente verifica-se que há uma estrutura psíquica no indivíduo que também funciona como um sistema de orientação de seu agir. Gostaríamos de poder identificar a Democracia não apenas como um sistema de governo, especialmente porque tal sistema nunca se encerra, mas mantém-se em aberto para absorver as mudanças sociais. Verificamos a possibilidade de definir democracia como um sistema de exercício do poder onde se permite a expressão da singularidade de cada sujeito, permitindo a convivência de valores como o desejo de segurança, ordem e controle social com os impulsos de desordem e mudança social. Tal conceito afasta definitivamente as tradicionais conceituações de “governo do povo e para o povo”. Pensamos ser essencial a compreensão de como pode ser construído um sujeito democrático, garantidor do equilíbrio de forças na sociedade moderna em face das diferenças que inevitavelmente despontam dos organismos sociais.

PALAVRAS-CHAVES: DEMOCRACIA; SUJEITO; SOCIOLOGIA; PSICANÁLISE.

ABSTRACT

* Mestre em Direito pela UFC, Advogada e Professora Universitária.

** Mestre em Direito pela UFC, Advogada e Professora Universitária.

Throughout time, democracy has been the object of a diverse group of epistemological approaches. To the current debate on now a day's democracy, one of concepts developed in these approaches is the concept of subject. Sociology has developed a number of contributions based on the principle that men is a social construct, through his contact with the collection of symbols that guide his conduct into a group. Beyond this mediation that organizes human conduct, nowadays we shall take in account the psychological structure of the subject which also serves to orient his actions. We would like to say that democracy is not only a system of governance, especially because it is never complete, close, but always opened in attention of the social movement. We attempt to conceptualize democracy as the mode of organizing where is possible to each men to express his singularity, combine the desire for safety, order, and social control, whit the ideas of disorder and social changes. It denies definitely with *the government by* and *government for* conceptual traditions, especially because of the difficulty to identify who is 'the people'. We may contribute to our understanding of how democratic citizens can be built to equalized decisions into the modern society in the face of the fundamental disagreements that are inevitable in diverse societies.

KEYWORDS: DEMOCRACY; SUBJECT; SOCIOLOGY; PSYCHOANALYSIE.

Introdução

As discussões contemporâneas para a efetivação de um projeto político de exercício democrático do poder constataam a necessidade de identificar os processos de construção do sujeito, uma vez que este é tomado como ator principal na realização do ideal participativo que suporta a opção democrática de atuação do poder. O presente artigo propõe uma análise da contribuição dos discursos sociológico e psicanalítico para a construção do conceito de sujeito, avaliando a utilidade do conceito construído por ambas as teorizações no encaixe do que seria a base legitimadora do processo democrático, anunciado na fórmula política do Estado Moderno. A tentativa de síntese que se segue destas teorias será aplicada na possibilidade de respostas a diversos questionamentos da contemporaneidade que podem ser assim resumidos: há um sujeito democrático? Como se constitui um corpo político

(coletividade) a partir de indivíduos (ou da idéia de individualidade)? Há no projeto político da democracia um compromisso com a formação do sujeito reflexivo, capaz de escolhas, aptos para empreender ações conscientes no sentido da formação da vontade geral? O sujeito, que se move no plano da liberdade e da interdição, o faz por limites impostos por constrangimentos sociais ou nele atua a força de um sistema psíquico? Verifica-se de logo a aproximação do conceitual psicanalítico na busca da formação de uma noção tão complexa como a subjetividade.

A própria definição de democracia encontra múltiplas possibilidades. Se concebermos a Democracia como aquele regime político que pressupõe a participação popular na formação da vontade estatal, então a questão do sujeito apresenta-se como central, posto que a participação nas decisões de ordem pública é precedida da integração de cada indivíduo no corpo político que toma as decisões que atingem a todos. Pergunta-se: há uma aposta, nas democracias da modernidade, em um projeto inclusivo dos múltiplos sujeitos que compõe o tecido social?

Se por outro lado, definirmos Democracia como a igualdade de acesso aos lugares de onde se exerce o poder decisório, sua concepção em uma sociedade de classes dar-se-ia somente quando a formação da elite dirigente fosse feita mediante um processo de seleção rigorosamente determinado pelo interesse público.

Por sua vez, podemos tomar como critério o modo de intermediação de nossas relações sociais para definir um modelo democrático de exercício do poder, isto é, o estabelecimento das posições nas relações de dominação-submissão. Assim, o mecanismo de posicionamento de cada indivíduo nos lugares de dominador e submisso, que definem as relações de poder, seria o determinante para a fixação de um conceito de democracia, que passaria a poder ser definida como a possibilidade de realização de um processo de definição dos papéis sociais pelo critério democrático. A democracia assim não se apresenta como um valor em si mesmo: é um *modus operandi* de organização social movido para o atingimento de valores, como a Justiça. Temos diante de nós um desafio complexo: investigar que critérios ou valores intermedeiam a formação e manutenção de nossos laços sociais e mais precisamente, de nossas relações políticas, que se realizam sob

o signo do poder, definido como dominação consentida. De toda sorte, o sujeito está no centro das discussões.

A sociologia possui uma clássica contribuição na identificação do sujeito, do homem como ser social, necessariamente produto de um processo de institucionalização ou socialização. Há, entretanto, numa rebeldia do sujeito, sua tomada de posição como produtor dessa sociedade que o cerca e o institucionaliza, inaugurando uma manifestação fenomênica essencialmente dialética: o Homem funda o mundo e por ele é fundado. Tomando o imaginário como princípio fundador da sociedade, o aporte psicanalítico nos socorre, na identificação do homem como ser bio-psíco-social.

A construção do sujeito na hipótese sociológica.

A pergunta “o que estrutura um sujeito” pode ser respondida dentro do âmbito especulativo e investigativo de muitos saberes. Mas para a formulação de uma resposta que atenda ao nível de complexidade do objeto, devemos examinar as possibilidades de respostas que se formulam dentro de sistemas conceituais mais restritos. Neste estudo, intencionados fazer uma aproximação do discurso sociológico – onde necessariamente o sujeito é um conceito de deriva de nossa condição de seres sociais – e o discurso psicanalítico – sujeito como um conceito que deriva de uma construção psíquica.

No âmbito da sociologia, enquanto ciência do indivíduo submetido às condições sociais e culturais, podemos imediatamente propor a seguinte resposta à nossa indagação “o que estrutura um sujeito”: um sujeito se estrutura a partir das escoras institucionais que a sociedade mantém com esta finalidade. Ou seja, indivíduos são estruturados a partir da introjeção lenta de um conjunto de respostas fornecidas às suas dúvidas de como agir com o outro. Porque eu tenho necessidade dele enquanto espécie biológica, o outro existe, e neste movimento acabará por se instaurar o desejo. Trataremos da diferenciação dos termos necessidade e desejo no item estruturado a partir do discurso psicanalítico, por seu leito natural, encontrando aí melhores condições de resposta.

Voltando ao discurso sociológico, podemos concluir que a instituição da realidade *social* é um produto da necessidade do homem de conviver com o outro. Conviver implica no estabelecimento de interdições. Socializar-se então seria adquirir a noção do que posso

ou não fazer no meu convívio como os outros. Poderíamos aqui derivar para teorização da normatividade como a atividade de expressar ou veicular interditos, transmitindo-os de geração em geração. Mas o que nos importa é o caráter transmissivo destas interdições. Assim, há um conjunto de modelos de conduta já cristalizados quando o indivíduo ingressa na ordem social. Este conjunto de modelos de comportamento lhe será transmitido pelos diversos signos/símbolos da cultura humana. Podemos dizer que o modo como cada indivíduo age é uma resposta a códigos sociais ordenadores que lhe foram transmitidos num longo processo socializador, estruturador de nossa subjetividade. A maneira como nos vestimos, nossos hábitos alimentares, o modo como exercitamos nossa afetividade são definidos a partir de uma trama social que nos rodeia, que nos responde quando alguma inquietação nos alcança. Sempre que nos indagamos “o que devo fazer neste caso?”, esperamos que o corpo social nos forneça uma resposta.

A cultura e seus símbolos e a linguagem que intermedia o processo socializador nos precedem historicamente, assim como a organização do tempo e do espaço. O aprisionamento do tempo que pode ser dito como um trato, ou uma vitória, do Homem com ou contra o caos, pois é o que funda a possibilidade de ordenação do mundo¹. Para não escaparmos para uma abordagem filosófica, voltemos às escoras institucionais que são o objeto de nossa hipótese sociológica.

Podemos dizer que toda cultura possui dois grandes trilhos por onde a subjetividade vai firmar-se: uma infra-estrutura econômica e uma infra-estrutura comunicativa, isto é, um modo de produzir e consumir e um modo de significar o mundo e interagir com o outro. Se a subjetividade é estruturada, ou modelada, então nosso agir – dimensão ética do sujeito – tomará as noções de justo e injusto, certo ou errado, a partir de um conjunto de símbolos vigentes em uma dada comunidade e em um certo tempo histórico. Família, escola, colegas, igreja, mídia são os indutores do processo de socialização primário e secundário, indutores de nosso comportamento, fornecedores de nosso *mapa de navegação social* (Barreira, 2003).

Aqui podemos concluir: é possível, portanto, a fabricação de indivíduos modelizados, padronizados, bastando a um grupo de indivíduos que detém o poder político

¹ Os deuses gregos – em especial Zeus – fundam o mundo dos homens quando aprisionam os Titãs.

controlar este processo de criação dos padrões, tendo tal idéia animado discursos políticos que empolgaram multidões no século XX. Castoriadis (2002) nos fala dos donos do poder como sendo os donos da *significação*. Seria possível este *admirável mundo novo*?

Devemos, entretanto, antes de nos apressarmos em responder afirmativamente a indagação acima, agregar duas premissas de entendimento das propostas de explicação do mundo que são veiculadas nas chamadas ciências do comportamento humano. A primeira diz respeito à existência do chamado mundo ético, diferente do mundo físico: enquanto neste último os fenômenos se encadeiam numa relação de causalidade, no primeiro os conceitos de previsão e controle estão limitados por uma *possibilidade*. A segunda premissa decorre da primeira: a *possibilidade* pode não se realizar, então o outro pode me espantar com um comportamento diferente do previsto, me surpreendendo com um outro modo de ser. Assim, o discurso sociológico se completa com a possibilidade de interferência do sujeito na produção dos códigos culturais, *instituído* a sociedade, titulizando atos de construção social da realidade, sendo não só o produto mais o produtor das instituições que terão a função de interditar condutas, instauradora dos *constrangimentos sociais* (Barreira, 2003).

Assim, do mesmo modo que a sociedade condiciona indivíduos, é preciso que cada indivíduo compreenda e assimile em sua consciência individual que possui a capacidade/poder de instituir a ordem que o cerca e o limita, numa resistência ao fluxo social, conferindo um sentido singular à vida. A arma mais poderosa e eficaz desta resistência é o desejo, como veremos no próximo item, por compreendermos que esta teorização escapa à formulação da hipótese sociológica de conceituação do sujeito, por ser uma teorização essencialmente abstrata, que não se encaixa nos moldes empiristas da teoria sociológica clássica, formulada com o aporte muito marcante do discurso histórico e toda sua carga de concretude.

Para deixar mais claro esta afirmação das fronteiras metodológicas da sociologia, examinaremos um exemplo de abordagem sociológica na reflexão da produção da subjetividade pela lógica capitalista da produção de bens. A pergunta será formulada com a seguinte estruturação: a lógica da troca passou a intermediar nossas relações sociais?

Se, como considera a sociologia, a subjetividade é histórica e modelizada culturalmente sob símbolos, podemos dizer que o sistema capitalista de produção de bens ocupa lugar fundador da ordem social. Tal afirmação se deve pela constatação de que o capitalismo passa a exteriorizar-se como um sistema simbólico modelizante, voltado não somente para a satisfação do consumo, mas para a dicção do que consumir. Há um processo de produção do consumidor! Produzindo signos ou significações do mundo, o sistema econômico fundado na lógica do capital ordena a sociedade e, portanto, a vida dos indivíduos. Teremos que concluir que na modernidade, sob o signo do capital, o sistema modelizante principal obedece à lógica da mercadorização. Qualquer coisa – a afetividade humana, a desgraça humana - é moeda de troca? Será ele capaz de produzir e reproduzir os símbolos que transcodificam nossos desejos? Ou a capacidade de resistir é assombrosamente mais poderosa que todo o sistema de captura do indivíduo que assistimos na lógica capitalista de mercadorização?

Assim, concluímos esta primeira fase deixando em aberta as seguintes perguntas: as pessoas se dão conta da determinação social que orienta sua conduta? Compreendem que nesta percepção está seu triunfo de liberdade dos códigos de conduta? Quais os códigos que o homem moderno fundou para intermediar suas relações sociais? Qual a função do desejo latente nas suas ações?

A construção do sujeito na hipótese psicanalítica.

Pensar o sujeito no âmbito do discurso psicanalítico é tomá-lo a partir da perspectiva do inconsciente, descoberta fundamental de Freud. Foi esta noção chave que permitiu à psicanálise compreender tanto fenômenos ditos “anormais” como os sintomas neuróticos, quanto fenômenos ditos “normais”, como os sonhos e os atos falhos, e elucidar o aspecto essencial de nossa constituição psíquica. Afastando as intermináveis discussões técnicas sobre a extensão, o limite e a significação do inconsciente, podemos entendê-lo para fins deste artigo como um modo de operação da atividade psíquica que é desconhecido para a consciência do sujeito e só reconhecível através de seus efeitos.

Assim, o sujeito que a psicanálise nos aponta é aquele cuja vida psíquica é amplamente determinada por um sistema inconsciente que é diferenciado do consciente,

portanto um sujeito que opera a partir de dois processos e lógicas distintas (ou dois sujeitos, como dizem os psicanalistas lacanianos). Podemos mesmo dizer que a emergência do sujeito é a erupção desta vida psíquica constituída nos tempos míticos de sua existência, na qual uma clivagem fundamental constituirá dois sistemas de funcionamento distintos (com distintos processos, formas, leis), marcando permanentemente a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com a ordem social.

A trajetória psicanalítica de *encontro* de um sujeito operando no sistema inconsciente acabou, portanto, permitindo uma teoria do processo de constituição dos sujeitos e a fundação de um campo distintivo do psíquico em relação à ordem biológica e social. A experiência psíquica do sujeito envolve tanto as exigências internas (provenientes do organismo) quanto os aspectos sociais da vivência humana, mas que sendo representadas segundo formas próprias do psiquismo, perdem sua *naturalidade biológica ou social*.

O sistema inconsciente, nos termos da construção psicanalítica pós-freudiana, não é um lugar, nem um conjunto de conteúdos, mas essencialmente uma função psíquica que impõe leis estruturais aos elementos desarticulados que provêm de outras fontes. Antes de haver a clivagem fundamental do psiquismo em dois sistemas, desde o nascimento o bebê vivencia experiências muito fortes, às quais não tem condições de dar nenhuma significação, mas que serão inscritas no psiquismo infantil que ainda não está estruturado como sistema. O registro em que operam estas imagens e representações é aquele que Lacan chamou de imaginário. É na passagem do imaginário para o simbólico em um momento posterior, quando será constituído o sistema inconsciente apartado do consciente, que será adquirida uma estrutura material e simbólica (linguagem) que é capaz de dar aos elementos inscritos um significado. Só então aqueles registros primeiros mostrarão sua força traumática e serão apartados da consciência, passando a viver no sistema inconsciente, mas expondo seus efeitos na vida consciente. O sistema inconsciente opera uma função simbólica, de conferir significação às primeiras experiências do sujeito e é estruturado como uma rede de significações a partir da linguagem (ele não é linguagem, mas é como a linguagem). Diz Garcia-Rosa (2005): *Portanto, alguém do simbólico, da linguagem, situa-se o imaginário. Alguém do imaginário situa-se o impensável: a pulsão.*

O sujeito é, assim, resultado de certo desvio do biológico em direção ao social, mas aqui não entendido como um repertório de comportamentos modelares apreendidos pelo indivíduo e que o socializam. É o simbólico que é o social enquanto tal, já que só há fato cultural ou social através do pensamento simbólico. A ordem social inscrita no sujeito como sistema simbólico só pode ser acessada porque este ingressa, com o seu nascimento, em uma *família* (ou seus substitutos), portanto em uma organização social já inserida nesta ordem. Este encontro não só é necessário, uma vez que sem ser cuidado por alguém o indivíduo da espécie humana morre antes de tornar-se sujeito, como é estruturador, pois o outro familiar não só satisfaz as necessidades iniciais do sujeito, mas é também o portador da ordem social preexistente e simbolicamente estruturada na qual este ingressará: a linguagem. O que será transmitido pela família não é um conjunto de conteúdos e valores sociais, mas sim a própria estrutura simbólica que torna possível da ordem social.

Mas voltemos à pulsão, o impensável aquém de tudo. Através desta podemos entender melhor o desvio do biológico que institui o homem como animal primordialmente simbólico (e por isso social). O conceito de pulsão precisa ser diferenciado do instinto para ser entendido. A *pulsão*² é tida por Freud como um “conceito limite entre o somático e o psíquico”. Na verdade, a pulsão é mítica, pois dela só se sabe a partir de seus representantes inscritos no inconsciente. São estes que formam o núcleo do sistema inconsciente e que serão separados do sistema pré-consciente/consciente quando houver a civagem criadora destes. A pulsão é irreduzível ao instinto, pois é na verdade a sua desnaturalização. Nunca vivenciaremos o instinto em sua inteireza biológica, mas só os efeitos remodeladores que a pulsão nele perpetra. Assim, esquematicamente, temos o instinto (somático) que tensiona o organismo e exige a satisfação de uma necessidade de sobrevivência (alimentação), mas paralelamente à satisfação pela ingestão do alimento, ocorre também uma excitação da mucosa bucal que produz outro tipo de satisfação no ato de sugar, diferente mesmo da satisfação pelo alimento. É esta a significação de apoio na psicanálise. A pulsão (como conceito que não é redutível à pulsão sexual, mas tendo nela seu modelo) é o que surge apoiado no instinto, na satisfação das necessidades vitais, mas é um desvio de suas fontes

² A tradução inglesa, por razões que escapam a este trabalho, consagrou o termo instinto como equivalente à pulsão. Por isso a tradução brasileira que se deu a partir do texto inglês (Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud) conserva esta confusão terminológica.

e objetos pré-determinados, buscando a satisfação segundo outras ordens e com objetos variáveis, por isso, as exigências pulsionais são distintas das exigências do instinto. São os representantes psíquicos da pulsão os significantes elementares do inconsciente, as primeiras e indestrutíveis inscrições do imaginário. São elas que serão significadas quando o sujeito encontrar sua constituição no simbólico.

O *desejo*, tão caro a psicanálise, está articulado ao pulsional e não ao instintivo. Quando o bebê agita-se pela força do instinto e encontra a mãe que o alimenta e proporciona o prazer, esta primeira experiência, entendida com *vivência de satisfação*, introduzirá algo mais que é diferente da necessidade e é estruturante para o sujeito: o desejo. O desejo é resultado da ligação indissolúvel entre a satisfação e o objeto primeiro que a proporcionou, bem como do movimento que permitiu a descarga da tensão. É este registro da satisfação ligada ao objeto que ficará inscrito como um traço indestrutível no sujeito. Assim, quando a tensão da necessidade aparecer novamente, o aparelho psíquico buscará reviver a satisfação primeira, que só existe como aquele traço inscrito primeramente no sujeito, portanto só disponível em estado de alucinação, fora da realidade (é este o primeiro desejar: o investimento alucinatório da recordação de uma satisfação). Só com a ausência de satisfação real pela alucinação e a continuidade da tensão interna que a exige, o aparelho psíquico será impelido a voltar-se para o mundo externo, demandando uma ação real capaz de diminuir a tensão experimentada.

Assim, para a psicanálise, embora o desejo só encontre sua condição de existir quando da instauração da necessidade biológica, acaba por desviar-se dela e se autonomizar na procura de um objeto inteiramente articulado com os sinais do inconsciente. Não é, portanto, redutível a algo biológico como a necessidade, que se contenta com o objeto real que a satisfaz. É por isso que o desejo está fadado a jamais ser satisfeito, pois seu objeto eleito de satisfação só existe no inconsciente do sujeito e não pode ser encontrado na realidade: o objeto do desejo é da ordem do simbólico e não da ordem das coisas. Mas é o desejo que nos impele para os objetos reais, buscando neles este retorno do objeto desejado que já não é mais presente, que se tornou inacessível e por isso indestrutível. Dizer que o desejo se realiza em certos objetos, é dizer que ele cumpre sua sina de encontrar naquilo

que é real a falta do objeto perdido para sempre. O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo inconsciente.

Os conceitos psicanalíticos brevemente dispostos acima podem nos fazer concluir que se a psicanálise é um discurso voltado para a construção das instâncias internas do sujeito, ela só pode falar do inconsciente, do pulsional, da busca do desejo. Afinal de contas, podemos pensar, ela não serve para uma discussão do sujeito voltada para a sua sociabilidade.

Mas a construção analítica não se encerra neste aparente solipsismo, pois em seu conjunto ela afirma que o sujeito humano é engendrado pela submissão da ordem pulsional à ordem simbólica ou social, o que se fará na constituição do sujeito quando a estrutura edípica entra em cena. O que torna possível a intersubjetividade é o simbólico como estrutura universal de significação. É o inconsciente entendido com ordem simbólica universal dos sujeitos o verdadeiro articulador das subjetividades individuais.

A vivência edípica, representada pela interdição do parricídio e do incesto, barra o acesso à satisfação pulsional naturalmente procurada e estabelece o ingresso na ordem cultural. Por isso, o Édipo deve ser entendido como uma estrutura *universal* (é ele quem faz significar) um momento da história da humanidade que assinala a diferenciação do cultural e do natural (através da lei mínima da proibição do incesto, da qual derivam todas as outras) e que é revivido na constituição de cada sujeito singular (que passa do imaginário ao simbólico), independentemente das influências reais que os pais venham a ter sobre a criança.

Em *Totem e Tabu*, apoiado em estudos antropológicos e biológico-evolutivos (particularmente o modelo darwiniano), Freud desenvolve particularmente esta temática e propõe um mito formador da civilização. Trata-se da existência de uma horda primitiva em que um macho violento e interditor, único a ter acesso às mulheres e às satisfações pulsionais, expulsa seus filhos à medida em que crescem, impedindo-lhes o acesso às mulheres. Um dia, os filhos unidos (pois cada um sozinho não o poderia fazer) retornam e matam o pai, devorando sua carne para incorporar sua potência. Este “mito científico” postulado por Freud lança para a sociedade um estranho começo e um desdobramento específico: um parricídio, ao qual se segue como castigo um sentimento de culpa, que

culminará em uma renúncia cultural dos sujeitos à satisfação direta das pulsões sexuais e às pulsões agressivas. O pai morto é ainda mais forte do que vivo e o que fora interdito por sua existência é agora proibido pelos filhos, que anularão a morte do pai erigindo um totem em seu lugar e proibindo sua morte; bem como se proibindo mutuamente a satisfação sexual com as mulheres do pai. É sobre estas proibições que sintetizam natureza e cultura que se constrói a sociedade primitiva com suas instituições básicas (exogamia, religião, moral, arte). Como as exigências pulsionais são constantes, a sociedade atualiza suas condições de continuidade simbolicamente nos ritos sociais. Estas marcas culturais serão reproduzidas estruturalmente no sujeito (não sem sofrimento) quando este ingressa no simbólico através da sua própria vivência edípica, como *constrangimentos inconscientes incorporados e tornados subjetivos, realizando um dos planos da articulação entre o social e o individual* (Barreira, 2003, p. 58).

A cultura é pensada pela psicanálise não tanto seus aspectos isolados, mas em sua totalidade envolvente do sujeito. É por isso que Freud diz no seu artigo centenário “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” que quando a civilização exige uma modulação *extrema* da vida sexual do indivíduo, o que é incompatível com suas vicissitudes pulsionais, o preço será pago em um modo de funcionamento psíquico doentio e infeliz (a pulsão encontrará satisfação nos sintomas neuróticos) que, no limite, se volta contra o social.

A construção psicanalítica tem caráter transformador para ciências humanas e sociais e sua influência se faz sentir na produção sociológica contemporânea. Supera-se a noção de que as estruturas mentais são meros reflexos da estrutura social e se passa a conceber a articulação entre individual e social como captação, reforço e canalização dos processos psíquicos para a internalização das instituições que sustentam a sociedade.

Não se trata de reduzir o social à explicações psicanalíticas, mas de situar a subjetividade em relação ao social-histórico (o que ultrapassa a simples “intersubjetividade”). Castoriadis (1992) o faz com maestria quando entende ser possível uma fabricação social do indivíduo, mas desde que sejam satisfeitos certos requisitos psíquicos mínimos: a psique é obrigada a abandonar seus objetos e mundo iniciais e investir objetos e regras socialmente instituídas. Este processo sócio-histórico pode se dar

quando a instituição fornece para o psíquico um sentido (diferente do sentido psíquico original), o que é feito tornando sensatos para o indivíduo fragmentos importantes de significação social. Admiravelmente plástica, a psique se sujeita à formação social, mas não totalmente: só no nível do necessário para que a sociedade permaneça. Seu núcleo essencial não é apagado e persiste, manifestando-se no sonho, nos sintomas neuróticos, na transgressão sempre possível, na lógica mesmo do desejo. Este núcleo psíquico desejante e irresistível ao social-institucional (como a irreduzível aldeia gaulesa de Asterix) está sempre pronto a oferecer uma contribuição singular para as mudanças das representações sociais.

Considerações finais

A intenção de escrever este artigo residia antes de tudo na proposta de investigar em que termos podem ser pensados nossos problemas. As questões que nos inquietam devem encontrar leituras discursivas que lhes proporcionem respostas minimamente satisfativas. Assim, intencionamos, para concluir, verificar a aplicação das hipóteses conceituais de sujeito, construídas sob os aportes sociológicos e psicanalíticos, a uma teoria da democracia da contemporaneidade. Na introdução ao texto, sugerimos alguns conceitos de Democracia, na tentativa de evidenciar que o preenchimento do conteúdo do termo tem passado por muitas leituras ao longo do tempo.

Deixaremos de examinar o conceito de democracia dos antigos³, mas faremos um breve exame da diferença de um regime de organização social fundado na construção do espaço público (agora e ekklesia) rigidamente separado do espaço privado (oikos). A própria cidade grega era construída para estabelecer tais espaços: grandes construções para o exercício de atividades coletivas (as praças, os mercados, as casas de banho, o fórum) ao lado de pequenos espaços domiciliares (lugares para as atividades privadas). A democracia ateniense construía o homem público que faria a política.

A modernidade é uma opção pelo indivíduo. A ordem – ou o que arruma o mundo para que nele se vislumbre um mínimo de intelegibilidade – se funda sob um princípio de afirmação do indivíduo, do homem privado. A liberdade é concebida para o indivíduo:

³ Entendemos como de fundamental importância a distinção da democracia dos antigos e da democracia dos modernos; apenas por uma questão de conveniência de distribuição de espaço ao longo do texto deixaremos de enfatizar esta diferença, tão esclarecedora da proposta de democracia dos modernos.

desde John Locke e a construção do individualismo liberal, passando por Rousseau que nos diz ser o homem moderno o burguês, preocupado com a apropriação e acumulação de bens e a manutenção deste status.

No Ocidente, especialmente nas Américas, a discussão da democracia se fez dentro de um debate entre o modelo Jeffersoniano, fundado no condado como uma unidade administrativa autônoma – modelo visto e descrito por Tocqueville – e o modelo de Madison, numa crítica à democracia das massas, porque na coletividade (ou o povo no poder) o indivíduo perde seu lugar, transformando em centro de decisões uma multidão que destrói a possibilidade de uso da razão, sendo esta individual, privada.⁴

A modernidade é fruto das revoluções liberais burguesas do século XVIII. O século XIX, por sua vez, é o tempo da industrialização. Se, conforme dissemos acima, a infraestrutura econômica é um dos trilhos por onde se desenvolve a ordem social, podemos dizer que a modernidade também é a nova ordem social burguesa. O padrão de comportamento passa a ser ditado por outros códigos de conduta, diferentes radicalmente dos códigos de conduta da sociedade agrária, arcaica. Temos o século que criou a massa proletariada, que constrói novos *mores* orientadores da ação humana.

O século XX faz surgir, a partir de Freud e de suas leituras, as teorias psicanalíticas do sujeito, uma das quais exposta acima, entendendo que o que há de social é o simbólico, estrutura universal de significação que permite a articulação entre os sujeitos. Não se trata, portanto, de socialização por códigos de conduta, mas de designar aquilo por onde pode existir um código de conduta. Uma determinada leitura sociológica permitirá a partir daí, e sem reduzir-se, pensar a articulação entre individual e social como a internalização pelo indivíduo, satisfeito o requisito psíquico mínimo de doação de sentido, das instituições sociais.

O apelo pelo indivíduo decorre da impossibilidade - mesmo no plano teórico - de identificar quem é o *povo*, expressão escolhida para designar os *novos donos do poder*. Quem é o povo? É possível verificar uma unidade homogênea que responda a este

⁴ No caso do embate americano, o cenário imediato à revolução francesa confirma as previsões de Madison, assim como depois a guerra civil americana põe fim ao modelo do condado, impulsionando a industrialização americana, criando o homem urbano de economia industrial.

chamado? Como, num projeto de modernidade que funciona sob o princípio do indivíduo? Deixemos de lado o conceito de democracia que se funda na titularidade do poder.

O que propomos como considerações finais é a formulação de um conceito de democracia como um sistema político, isto é, um conjunto organizado dos elementos determinantes das relações de poder, como um sistema aberto, um sistema das possibilidades que, não se encerrando em si mesmo, permite ser o lócus de convivência de valores como a desordem, a insegurança e a diferença. A desordem pelo impulso criador, a insegurança como a possibilidade de absorver o novo e a diferença como princípio de movimento do sistema. Para esta conclusão as considerações psíquicas de construção do sujeito combinadas com a leitura sociológica são fundamentais: a democracia é o que pode ajudar a coletividade a criar instituições cuja internalização pelos indivíduos não limita, mas amplia a sua participação política, permitindo a constante mudança e alimentando criativamente o circuito produto-produtor do sujeito em relação ao social.

Referências bibliográficas

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção social da Realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2005.
- BARREIRA, Irllys. O lugar do indivíduo na sociologia: sob o prisma da liberdade e dos constrangimentos sociais. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, v.34, n.2. p.51/63. 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. A ascensão da insignificância. As encruzilhadas do labirinto, v. IV. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto, v. III. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- ELIA, Luciano. O Conceito de Sujeito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. v. 01 e 02. 1993.
- GARCIA-ROZA, Luis Alfredo. Freud e o Inconsciente. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

GAULEJAC, Vincent de. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. Revista Cronos. Natal: UFRN, v.5/6, n1/1, p.59/77, jan./dez. 2004/2005.

JAPIASSU, Hilton. Psicanálise: Ciência ou Contraciência?, 2 ed. São Paulo: Imago, 1998.